



**A COOPERAÇÃO ENTRE PODER PÚBLICO E UNIVERSIDADE NO
ENFRENTAMENTO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS**
O Plano de Trabalho entre a Prefeitura de Suzano e a FAU-Mackenzie

The Cooperation Between the Public Agency and the University in Fighting
Climate Change.

The Work Plan between Suzano Municipality and FAU-Mackenzie

Matheus de Vasconcelos Casimiro

*Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie/
Prefeitura de Suzano*

matheus.casimiro@mackenzie.br

Ana Gabriela Godinho Lima

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie

anagabriela.lima@mackenzie.br

Eliene Correa Rodrigues Coelho

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie

elienecorrea.coelho@mackenzie.br

Carolina Bracco Delgado Aguilar

*Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie/Prefeitura
de São Paulo*

carolina.aguilar@mackenzie.br

RESUMO

Este artigo apresenta uma discussão sobre os resultados parciais de uma pesquisa intitulada “Projetos Referenciais na Contemporaneidade”, em especial, no tocante ao seu enfoque no debate acerca do planejamento das áreas verdes no âmbito da discussão do Plano Diretor de Suzano–SP. Foi formalizado entre essas instituições um "Acordo de Cooperação Acadêmico Científico Cultural”, no intuito de oficializar a relação de trabalho e as trocas de informação entre os técnicos poder público e

os pesquisadores da universidade. Esse texto visa trazer as reflexões iniciais desse trabalho, no sentido de discutir o papel contemporâneo das diversas tipologias das áreas verdes nas cidades no enfrentamento das alterações climáticas. Esse artigo é dividido em duas partes: inicia com uma abordagem comparativa de evidências históricas/historiográficas e a possibilidade de articulação entre o planejamento dos municípios de São Paulo e Suzano; seguindo para uma discussão de potenciais avanços possíveis para a cidade de Suzano a partir da sistematização de dados e materiais disponibilizados pela prefeitura.

Palavras chave: Política Urbana, Plano Diretor, Sistema de Áreas Verdes.

Bloco temático: 1. Cidade e Projeto. **Temas:** 1_Planificación, políticas y gobierno de la ciudad / Planeamento, políticas y governança / Planning, policies and governance

ABSTRACT

This article aims to discuss the partial results of a research entitled “Referencial Design in Contemporaneity”, in the particular focus on the debate of the planning of the green area system that is being discussed in the Master Plan of the city of Suzano-SP. A “Cultural-Scientific Academic Cooperation Agreement” was formalized between these institutions to provide the exchange of information between the public agency team and the researchers of the university. This text describes the initial analysis of this work in progress considering the role of the different typologies of the green area system in fighting climate change. The discussion of the article is divided into two parts: first, the analysis of the articulation of reference cases between the cities of São Paulo and Suzano; secondly, the identification of the potential advances previously seen in Suzano’s Master Plan.

Keywords: Urban Policy; Master Plan; Green Area System.

Thematic clusters: City and Design. **Topic:** 1_Planificación, políticas y gobierno de la ciudad / Planeamento, políticas y governança / Planning, policies and governance

Introdução

Este artigo apresenta uma discussão sobre os resultados iniciais do Projeto de Pesquisa “Projetos Referenciais para a Contemporaneidade”, tendo em vista a instrumentação de políticas públicas para o planejamento de áreas verdes no contexto da revisão do Plano Diretor do município de Suzano, no Estado de São Paulo. Para tanto iniciamos com análises de possibilidades de articulação entre experiências referenciais do planejamento do sistema de áreas verdes e livres municipais entre diferentes municípios; passamos então para a discussão de potenciais de avanços na realidade do plano diretor do município de Suzano. O artigo se conclui com o enunciado de três potenciais que se destacam a partir da discussão apresentada.

O foco da discussão estabelece-se a partir dos planos de trabalho entre pesquisadores e funcionários públicos criado pelo "Acordo de Cooperação Acadêmico Científico Cultural" celebrado em 04 de outubro de 2022 entre a Universidade Presbiteriana Mackenzie e a Prefeitura Municipal de Suzano. O objetivo dessa parceria foi oficializar os vínculos de colaboração entre os envolvidos no âmbito das discussões sobre a revisão do plano diretor municipal. No dia 09 de dezembro de 2022, foi oficializado o primeiro desses “planos de trabalho”, que envolveriam os professores pesquisadores do projeto de pesquisa “Projetos Referenciais na Contemporaneidade” com a Diretoria de Planejamento Territorial da Prefeitura de Suzano. O objetivo deste foi o estabelecimento de vias de interlocução sobre os desafios da gestão territorial e da paisagem, ensejando a produção de contribuições da universidade no âmbito das discussões da revisão do plano diretor da cidade, em curso no ano de 2023, especificamente no tocante ao planejamento do sistema de áreas verdes e livres da cidade.

Para a universidade, o ganho seria de poder trazer para a discussão de um caso específico de um município da grande São Paulo o enquadramento do debate acerca da pesquisa sobre os projetos que poderiam ser considerados referenciais para assuntos pertinentes à cidade contemporânea, tais quais a questão de gênero e infância (LOEB e LIMA, 2022), ações em territórios de vulnerabilidade e enfrentamento às mudanças climáticas (FARR, 2013 e ESPIDOLA e RIBEIRO, 2020). Para a administração municipal, o interesse seria o enriquecimento do debate acerca da sua produção no plano geral da cidade, pensando no constante aprimoramento de seus processos e legislações que almejam melhorar a qualidade e as condições de vida de seus munícipes.

1. A Possibilidade de Articulação de Experiências do Planejamento do Sistema de Áreas Verdes e Livres Entre Diferentes Municípios

No âmbito de desenvolvimento dessa parceria entre a prefeitura de Suzano e a Universidade Presbiteriana Mackenzie o que se espera é a possibilidade de troca de experiências a partir de casos referenciais. Essa é a temática principal que norteia a construção do projeto de pesquisa em andamento: o que torna um projeto arquitetônico, urbanístico ou paisagístico referencial na cidade contemporânea, em um contexto complexo de mudanças climáticas e vulnerabilidade espacial, social e econômica? A intenção é que ao longo de dois anos de desenvolvimento dessa parceria, entre 2023 e 2024, haja possibilidades de respostas para essa pergunta especificamente para os problemas apresentados em Suzano, sobretudo no enquadramento do planejamento do sistema de áreas

verdes. Desde fevereiro de 2023 as reuniões do grupo de trabalho entre as equipes envolvidas já iniciaram as atividades com troca de dados e alinhamento de expectativas (Figura 01 e 02).



Fig. 01 e 02: Registros do Fórum de Debate Interno: Temas Contemporâneos para como o debate do sistema de áreas verdes no âmbito da revisão do Plano Diretor do Município de Suzano. Fonte: Prefeitura Municipal de Suzano, 2023.

Inicialmente, parte-se com algumas experiências do planejamento das áreas verdes do município de São Paulo, e que podem ser referências para se pensar as questões da cidade de Suzano. Parte-se da descrição da prática histórica da organização da estrutura municipal paulistana em prover novos equipamentos para o sistema de áreas verdes. Serão utilizados como recorte histórico dois momentos diferentes em que houve a maior mobilização da prefeitura no provimento de novas áreas verdes. A primeira fase ocorre entre os anos de 1976 e 1979, na gestão do prefeito Olavo Setúbal e a segunda fase ocorre entre os anos de 2008 e 2012, em duas gestões do prefeito Gilberto Kassab. Em ambos os casos são momentos reconhecidos por terem tido uma maior ocorrência de implantação de parques e praças na história do planejamento municipal. Na década de 1970 foram mais de 08 parques (BARONE, 2013) e dezenas de praças (BARTALINI, 1999), além de estruturar o poder público para a criação de mais 13 novos parques dentre os próximos 12 anos (CASIMIRO, 2022). Já no século XXI, entre os anos de 2008 e 2012 esteve vigente o programa “100 parques para São Paulo”, em que foram inaugurados 57 novos parques públicos, entre as tipologias “urbanos” e “lineares” (CASIMIRO, 2022).

O que se nota nesses dois momentos foi uma organização municipal em comum com relação a três passos. O primeiro deles foi na organização e sistematização de dados e cartografias específicas para a questão do sistema de áreas verdes. Em 1969 foi finalizado o primeiro levantamento das áreas livres da cidade, em uma abrangente iniciativa chamado “Plano de Melhoramentos das Áreas Verdes e de Recreação”, que dentre vários legados, estabelece o primeiro levantamento na cidade sobre essa temática, identificando 3.260 unidades de espaços livres (26.700.000 m²), destes, apenas 6% (210) tinham alguma qualificação, e mapearam a existência e localização de 180 campos de futebol e malhas de bocha (CASIMIRO, 2022). No segundo momento, houve a organização do “Mapa Digital da Cidade – MDC”¹, com digitalização de vários dados cadastrais das quadras e lotes, além de se publicizar importantes levantamentos da temática ambiental como a “Vegetação Significativa do Município de São Paulo”, publicado em 1988 e o Atlas Ambiental, publicado em 2001. O que se nota é que a organização de dados, levantamentos cartográficos e sistematização de diagnósticos sobre aspectos de recreação e ambientais da cidade foram importantes para o subsídio dos projetos.

O segundo passo na organização municipal foi o reconhecimento das áreas verdes como um sistema de relevância no principal instrumento de planejamento da cidade, o plano diretor. Em 1971, foi aprovado pela Câmara Municipal de vereadores o primeiro plano geral com força de lei, o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado - PDDI. Nele foi formalizado o “Sistema de Áreas Verdes”, com sete diferentes tipologias de áreas, constituindo um amplo sistema com diferentes funções recreativas para a cidade, além de reconhecer diferentes raios de abrangência de seu impacto local (CASIMIRO, 2022). Em 2002 ocorre a ampla revisão desse instrumento, com a publicação do Plano Diretor Estratégico. Nele, além do reconhecimento da rede hídrica como uma das quatro estruturas

¹ A evolução desse processo gerou o atual “GeoSampa”. A cidade de São Paulo historicamente investiu esforços na produção de bases cartográficas e de informações georreferenciadas e, ao longo de décadas desde meados dos anos 1990 construiu um significativo conjunto de sistemas de informações com dados de natureza ambiental, urbanística e social da cidade. Atualmente “GeoSampa” é a principal plataforma de dados geográficos do município. O “GeoSampa” é um sistema Web mapping desenvolvido pela Prefeitura de São Paulo como objetivo fornecer informações precisas e atualizadas para a tomada de decisões estratégicas ao desenvolvimento urbano da cidade de São Paulo. Dessa forma, o “GeoSampa” se tornou uma ferramenta fundamental para a gestão pública, permite que usuários visualizem diferentes camadas de informações, selecionando aquelas que são relevantes para seus interesses ou necessidade. Entre as informações disponibilizadas pelo “GeoSampa”, estão dados sobre parcelamento do solo, zoneamento urbano, patrimônio histórico, equipamentos públicos e, em especial um completo mapeamento da cobertura vegetal, a localização de Parques e Unidades de Conservação e as cartografias resultantes de planos como o “Plano Municipal da Mata Atlântica”.

principais para o planejamento da ocupação do município, há a inovação de se estipular uma nova hierarquia de criação do sistema das áreas verdes, que a partir do enfoque ambiental, priorizam a criação dos parques públicos em três novas tipologias: o “urbano”, o “linear” e o “natural” (CASIMIRO, 2022). O reconhecimento dessas variadas tipologias de áreas verdes pelo Plano Diretor foram um passo importante no planejamento municipal, reconhecendo o primeiro desse sistema como uma política importante para, em um primeiro momento, o provimento de recreação pública, e em um segundo momento, para o equilíbrio ambiental do território. Já foi identificado por pesquisadores de nosso projeto o impacto que o PDE de 2002 teve ao fomentar a criação das áreas verdes (CASIMIRO e LIMA, 2022 e CASIMIRO 2022). O reconhecimento do SAV por esta instância de planejamento foi um passo relevante da capital Paulista no sentido de procurar orientar uma política para a ação pública na cidade.

O terceiro passo visto foi que a efetivação do provimento das áreas verdes pelo poder público municipal ocorre a partir da iniciativa de uma liderança articuladora que justifica a necessidade de criação de novas áreas a partir de um conceito dominante para solucionar um problema urbano específico. Na década de 1970, esse papel ficou a cargo do prefeito Olavo Setúbal, que articula e justifica a criação de áreas verdes mediante a intenção de formar “pulmões verdes” para a cidade (BARONE, 2013). A partir do questionável indicador internacional de 12 m² de área verde para cada habitante (CASIMIRO e LIMA, 2019), o prefeito justifica a necessidade de se ampliar as áreas cobertas de vegetação da cidade a partir da inauguração de parques públicos, que também seriam um importante equipamento de lazer para a população, sobretudo nas periferias, onde havia pouca política pública para dar acesso a recreação. Já nos anos 2000, a liderança de destaque foi o Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho, que fica durante duas gestões municipais a frente da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente (2005-2012), e consegue articular uma série de iniciativas de cunho ambiental na cidade, dentre elas o programa “100 parques para São Paulo”. Inicialmente movido pela intenção de viabilizar os parques lineares previstos no PDE de 2002, esse programa se estende a demais tipologias de parques, na dupla intenção de prepara o município para o enfrentamento das mudanças climáticas e distribuir parques públicos em todo distrito da cidade, sobretudo em regiões periféricas desprovidas de qualquer equipamento ligado ao verde. O que se nota é que o provimento de áreas verdes da cidade não foi uma política constante que perpassam diferentes gestões de prefeitos, mas que dependeu da articulação de lideranças pontuais no sentido de conseguir articular sua viabilização pelas diferentes instâncias do poder público local.

Com referência aos passos identificados na experiência de planejamento do sistema de áreas verdes paulistano, vislumbra-se a possibilidade de se discutir em Suzano quais são os horizontes de se organizar uma política nessa mesma direção de sistematizar e ampliar as áreas verdes e livres municipais. Entretanto, é factível também cogitar que essa mobilização em presente tempo em Suzano possa ser referência para demais 38 municípios da Região Metropolitana de São Paulo - RMSP² sobretudo às onze cidades vizinhas que integram uma das cinco sub-regiões, a região leste da RMSP. Já há entre alguns desses municípios, os que integram a sub-bacia hidrográfica Alto-Tietê Cabeceiras, uma relação oficial de troca de experiência, que é o Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tietê - CONDEMAT. Esse consórcio intermunicipal foi fundado em 2010, com

² Suzano é uma cidade com aproximadamente 300 mil habitantes, cuja principal atividade econômica é a indústria e a agricultura (em especial, na produção de hortaliças).

a proposta de fortalecer a representatividade e a conquista de investimentos para a região. Devido a sua atuação exitosa nos seus mais de 10 anos de existência, atualmente o consórcio é integrado por 13 municípios - mesmo estando fora da região geográfica Alto-Tietê ou mesmo da RMSP – que visam compor um grupo de discussão para troca de boas referências para atuação da gestão pública. Na sua atuação o CONDEMAT visa fomentar a consolidação das políticas públicas intermunicipais e defender os interesses políticos, administrativos, econômicos e sociais dos municípios membros do consórcio. Ao longo da sua existência, esse consórcio tem se consolidado em importante ferramenta de gestão pública intermunicipal e de planejamento e cooperação regional. Junto ao Estado e a União a articulação intermunicipal e a definição de pautas únicas fortalece a capacidade de debate e aumenta consequentemente a oportunidade de logro.

Um dos aspectos mais importantes da atuação consorciada de municípios é justamente a troca de experiências e o apoio mútuo que os municípios, por meio de suas próprias equipes de gestão, podem oferecer através das chamadas Câmaras Técnicas, que congrega técnicos gestores municipais em torno de um tema específico. A Câmara Técnica de Planejamento, por exemplo, vem atuando no sentido de disseminar boas práticas de planejamento entre os municípios. O município de Suzano, nos últimos anos, desenvolveu um consistente trabalho de revisão de sua legislação urbanística e ambiental tornando-se uma referência para outros municípios. Por meio do CONDEMAT, Suzano tem apoiado municípios como: Itaquaquecetuba, Poá, Ferraz de Vasconcelos, Arujá e Salesópolis, na atualização de suas próprias legislações, em especial a do plano diretor. Neste sentido, é bastante real apostar na extrapolação dos resultados da pesquisa em curso para os demais municípios integrantes da sub-região que guardam muitas similaridades principalmente do ponto de vista físico e social. Por outra ótica, do ponto de vista do planejamento territorial é intenção do CONDEMAT apoiar a elaboração de um plano regional de desenvolvimento sustentável momento no qual as boas práticas locais ganharão contornos regionais e, as discussões acerca de temas contemporâneos poderá ser o ponto de partida para um novo modelo de planejamento e articulação intermunicipal.

2. Potenciais Avanços para o Planejamento do Sistema das Áreas Verdes e Livres no Município de Suzano

Com referência aos passos vistos no planejamento municipal de São Paulo, é possível também identificar potenciais avanços para o planejamento do Sistema de Áreas Verdes e Livres em Suzano, no que tange a incorporação de informações sistematizadas no “GeoSuzano”, o processo de revisão do “Plano Diretor” e a mobilização da gestão para a organização de programas específicos para a temática.

O primeiro potencial avanço visto está no Sistema de Informações para a Gestão Territorial “GeoSuzano”. Ele é um sistema baseado no uso da geotecnologia³, que foi desenvolvido para apoiar

³ As geotecnologias oferecem ao homem a oportunidade de se aproximar do seu objeto de estudo, ver detalhes menores, examinar mais a fundo, perceber aspectos antes imperceptíveis. A organização de informações geográficas sobre determinado território é uma oportunidade para a formação de uma imagem ampla e sistematizada que, em sendo orientada à objetivos específicos resultará em reformuladas relações e visões espaciais. “Um mapa não é uma simples representação espacial da informação; sua produção é o resultado de um processo de construção de conhecimento” (SANTOS, 2004, p. 129). O homem ao longo dos séculos vem se apropriando de meios cada vez mais sofisticados e poderosos para conduzir e organizar seu próprio pensamento fazendo uso de tecnologias que mudaram o modo como o raciocínio se processa. No que tange ao raciocínio geográfico, especificamente, podemos dizer que os “upgrades informacionais” não alteraram os temas estruturais da geografia, entretanto alteraram significativamente os mecanismos por meio dos quais se estabelecem as relações espaciais, absorvem conteúdos se estudam os territórios. (COELHO, 2012)

a administração pública no processo de planejamento urbano e ambiental. A iniciativa de sistematização das informações territoriais do município de Suzano – em plataforma de dados espaciais disponível na rede mundial de computadores – serviu a dois objetivos específicos sendo: apoiar o processo de planejamento territorial em especial à elaboração do plano diretor e, democratizar o acesso aos dados urbanos e ambientais do município a fim de facilitar a consulta para empreendedores, profissionais, pesquisadores e munícipes e, ainda, em segunda instância fomentar a produção de conhecimento científico sobre o município.

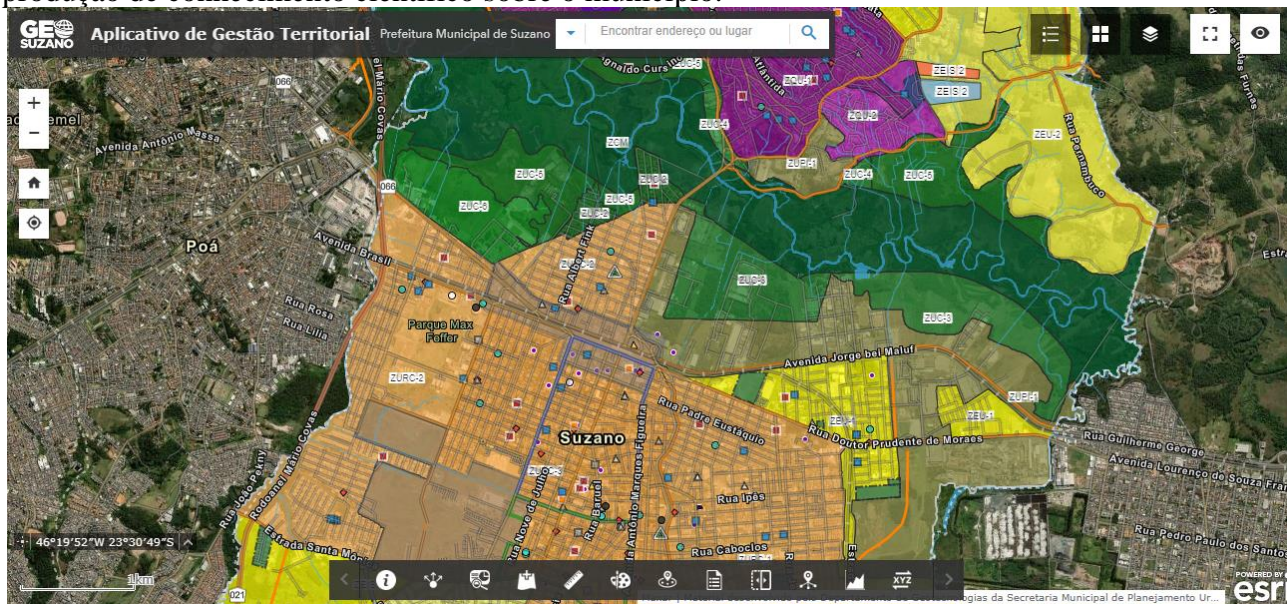


Fig. 03: Imagem obtida no “GeoSuzano” da área central da cidade e a várzea do Tietê em foto aérea, com destaque as camadas de lotes e hidrografia. Fonte: Elaboração Própria, 2023⁴.

Teve início com o processo de revisão do plano diretor municipal em 2017 e, se consolida efetivamente em julho de 2021 como uma ferramenta pública. Sua implantação resulta na facilitação do acesso a dados e informações imprescindíveis para a intensificação da dinâmica urbana e, também, em uma melhor avaliação e mensuração dos múltiplos instrumentos urbanísticos implantados após a aprovação do plano diretor. Integra, em apenas um ponto de consulta, dados e informações antes dispersos em diferentes setores da prefeitura o que facilita o seu acesso universal. Nele estão expostas camadas de informações em “vista aérea”⁵, como, por exemplo, a localização dos equipamentos públicos municipais, os mapas do Plano Diretor e da Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo, dados do meio físico como curvas de nível ou hidrografia, declividade do sistema viário entre outras. Ao todo são quarenta e seis camadas de dados públicos disponíveis. Além de dados o sistema permite a emissão de documentos, elaborados em tempo real e a produção de dados por meio de funcionalidades de análise geoespaciais, ao todo são 17 (dezesete) funcionalidades, entre elas é possível consultar dados do último censo demográfico, elaborar e imprimir mapas em um *layout* personalizado e fazer *upload* de diferentes arquivos para consulta no mapa.

O “GeoSuzano” é, contudo, uma solução simples, do ponto de vista tecnológico, sua potência não está na tecnologia, mas na direção que foi dada a ela, que é apoiar a administração nas suas ações cotidianas e na tomada de decisão para o planejamento urbano e ambiental.

⁴ Cartografia própria obtida no site do “GeoSuzano”. Disponível em: <https://www.geosuzano.com.br/>. Acesso em mar., 2023.

⁵ A “vista aérea”, concretizada pelo uso de tecnologias de obtenção de imagens da superfície terrestre – imagens obtidas a partir de voos de avião, balão ou por satélites – permitiu, segundo uma nova compreensão das relações do homem com o território. Esse olhar afastado é fundamental para se obter uma abstração necessária a compreensão das realidades terrestres que não seria possível com uma visão da perspectiva do solo. (BESSE, 2014). As ferramentas de imageamento tornaram possíveis cartografias cada vez mais completas e precisas. A cartografia que num momento da história chegou a ser uma expressão artística é atualmente a expressão do domínio do homem sobre o seu território. Nela são expressas perspectivas e visões que se materializam em modos de intervir, em projetos, em modelos de cidades e projeções do mundo real.

“As decisões ideais estão intimamente ligadas à obtenção da informação perfeita e a análise e interpretação do dado⁶, de forma a não deixar margem a dúvidas. Ter a informação correta no tempo correto é um grande diferencial, principalmente no que tange às políticas públicas. Informação consistente requer dados organizados e ordenados para que se tornem úteis, e só terá valor se apresentada sob forma e conteúdo adequados às pessoas interessadas”. (COELHO, 2012, p. 35 e 36).

É necessário, porém, ter objetivos claros e perguntas a serem respondidas para que a busca da informação não se transforme em um processo improfícuo. O instrumental tecnológico potencializa as possibilidades de aprendizagem, análises e aplicações práticas, mas não as garantem sozinho. *“O raciocínio geográfico ou espacial ocorre numa situação complexa que envolve não somente a presença de técnicas e tecnologias, mas uma articulação teórico-metodológica”* (SILVA, 2007, p. 33). Nos últimos 20 anos, a cartografia das cidades e regiões passaram dos ambientes analógicos para os digitais e depois, no âmbito digital, chegaram aos sistemas de informações geográficas (SIGs), onde se pode armazenar, analisar, visualizar, processar e disseminar dados geográficos. (BATTY, 2007). Disponíveis on-line estes dados tornam-se fontes para a produção de novas informações e conhecimentos.

O segundo potencial avanço possível ao município de Suzano está na possibilidade de se consolidar uma política urbana específica para o Sistema de Áreas Verdes no âmbito da revisão do seu “Plano Diretor”, em curso no ano de 2023. O Plano Diretor de Suzano elaborado entre janeiro e novembro de 2017 e, aprovado em dezembro do mesmo ano, foi um esforço da municipalidade para adequar sua legislação urbanística às demandas emergentes da sociedade bem como, de apontar novos rumos ao processo de ocupação incluindo princípios e diretrizes de ocupação mais aderentes ao papel das cidades no século XXI. Ressalta-se que, vigente desde 2004 o plano diretor deveria ter passado por revisão em 2014, considerando o estabelecido pela legislação federal brasileira e, ainda, havia outras leis urbanísticas a serem revisadas entre elas a Lei de Uso Ocupação e Parcelamento do Solo, aprovada em 1996, antes da elaboração do plano diretor e antes da aprovação do Estatuto da Cidade⁷.

Neste aspecto o novo plano, proposto e aprovado em 2017⁸, trata dos interesses coletivos e dos direitos fundamentais dos susanenses que são: o morar e o trabalhar com dignidade; a garantia da preservação do meio ambiente e o direito a um ambiente ecologicamente equilibrado; o direito às formas adequadas de mobilidade bem como à preservação da sua história e do seu patrimônio histórico material e imaterial.

O plano atualmente em vigor, inclui conceitos já adotados em diversas cidades brasileiras como a disseminação do uso misto em toda a cidade, o controle de atividades através da adoção de critérios de incomodidade e, também, incorpora os instrumentos do Estatuto da Cidade relacionados à captação de mais valia, cumprimento da função social da propriedade e de controle dos impactos de empreendimentos à vizinhança. Faz uso também, de novos instrumentos ambientais para a regulação da ação privada sobre o território sobretudo do ponto de vista do incentivo a manutenção de áreas verdes e de interesse ambiental, bem como, do uso de tecnologias para a construção com conceitos sustentáveis. Além disso é um plano que orienta a atuação do poder público no campo dos projetos e planos prioritários a serem implantados no município dentro de sua vigência, sendo, portanto, um instrumento de gestão e não somente de regulação. Na sequência de sua implantação um conjunto de novas leis vem sendo elaboradas paulatinamente, a mais importante delas é a Lei de Uso Ocupação e Parcelamento do Solo que foi totalmente adequada aos princípios do novo plano com a regulamentação de instrumentos que viabilizam os princípios e diretrizes estabelecidos no plano em especial aqueles que tratam da participação da iniciativa privada na construção de uma cidade ecologicamente mais equilibrada.

⁶ Um dado é um conjunto de valores numéricos ou “alfanuméricos” sem significado. Informação possibilita conhecimento, participação, comunicação, instrução, parecer, fundamentação, esclarecimento; não se limita a dados coletados.

⁷ O Estatuto da Cidade (Lei Federal no 10.257/2001) é a Lei Federal que regulamenta o capítulo da política urbana da Constituição Federal Brasileira e, é considerada uma das leis urbanísticas mais progressivas até então elaboradas.

⁸ Lei Complementar nº312/2017

Entretanto, ademais dos avanços reais nos últimos anos no que tange a gestão e a produção do espaço urbano na cidade de Suzano, é importante reconhecer que alguns temas relevantes, como a produção dos espaços livres e verdes não foram tratados de forma direta. O atual Plano Diretor, apenas demarcou duas “Zonas Especiais de Interesse Ambiental”, uma delas, está em fase de implantação de um importante parque urbano, em região densamente ocupada e a outra na região sul do município a qual possui importante fragmento da Mata Atlântica e não avançou além disso. Assim, que se nota é que o plano diretor aprovado em 2017 já tem premissas relevantes para incorporar diretrizes para a construção de uma política específica para a criação do sistema de áreas. É possível identificar algumas questões que podem ser incorporadas ao plano diretor e que podem representar avanços significativos para o planejamento das áreas verdes pelo município. A definição de uma estrutura de áreas verdes e livres, com funções claras no território, sejam estas funções sociais e ou ambientais, é um avanço almejado. Além disso, pretende-se também incorporar ao debate a perspectiva de gênero e infância, em que se procura pensar no planejamento e no projeto de cada tipologia de área verde do sistema a partir de um olhar inclusivo para as mulheres e crianças, costumeiramente excluídas nas políticas públicas municipais.

3. Considerações Finais

Tendo em vista o discutido acima, e considerando os propósitos do "Acordo de Cooperação Acadêmico Científico Cultural" celebrado entre a Universidade Presbiteriana Mackenzie e a Prefeitura Municipal de Suzano, por meio do projeto de pesquisa em tela, concluímos este trabalho enunciando três potenciais avanços para o Planejamento das Áreas Verdes e Livres no Município de Suzano.

Em primeiro lugar, podem ser incorporadas ao plano a identificação em cartografias das áreas verdes já implantadas pelo município, com identificação dos parques e das praças existentes. Além disso, podem ser ainda identificadas as áreas públicas que foram designadas para se tornarem áreas verdes e que ainda não foram objeto de qualificação do poder público, ou, porventura, estão ocupadas por outros equipamentos públicos. Assim, podem ser identificadas áreas que facilmente poderiam ser objeto de projeto e adequação para uso público a curto e médio prazo (Figura 03 e 04). Por fim, podem ainda ser destacadas áreas estratégicas para a preservação ambiental do município, e que poderiam ser desapropriadas e objeto de ação municipal a longo prazo.



Figura 03 e 04: Registros do Fórum de Debate Interno com destaque a verificação nas cartografias de áreas potenciais e existentes que podem integrar o escopo da revisão do Plano Diretor Fonte: Própria, 2023.

Em segundo lugar, podem listar as ações existentes que já são realizadas pelas equipes municipais, mais que poderiam ser potencializadas por uma articulação sistêmica mediante a orientação de um plano setorial ou um programa de gestão. Por exemplo, está em fase de aprovação o “Plano Municipal da Mata Atlântica” do município de Suzano ou, ainda, pode ser destacado às ações de plantio de exemplares arbóreos feitos pelo viveiro municipal. São ações que já estão sendo realizadas, mas que a partir da articulação do plano diretor, podem subsidiar ações mais planejadas em partes do território mais carentes da realização da ação pública.

O terceiro e último potencial possível ao município de Suzano é a mobilização na atual gestão municipal de se prover uma integração de ações em andamento numa política mais organizada, planejada e eficiente no sentido do provimento, implantação e gestão dos equipamentos que constituem o sistema de áreas verdes. Com os avanços previstos nos itens anteriores, é possível identificar uma possibilidade de mobilização dos integrantes da gestão municipal de 2021-2024 em criar programas e metas de gestão específica para a melhoria das condições dessa política setorial no quadro da cidade. Esperança que possibilita a construção de áreas verdes e livres com maior qualidade urbana, social e ambiental e motiva o desenvolvimento de projetos de pesquisa em ambiente acadêmico que façam parte dessa construção coletiva junto ao poder público.

A partir desses potenciais, espera-se três resultados dessa parceria entre a universidade e a prefeitura de Suzano. Primeiro, a realização de eventos com o amplo debate sobre o planejamento das áreas verdes no contexto da vulnerabilidade social e mudanças climáticas. A primeira iniciativa será o Seminário Internacional “Suzano de Amanhã + 5”, com participação dos professores doutores Zaida Muxí Martínez, Joseph Maria Montaner e Andreas Matzarakis. Em segundo lugar, a publicação de artigos e seminários internacionais com a produção de artigos por parte dos professores integrantes. Em terceiro lugar, a realização de um documento institucional para a prefeitura de Suzano, recomendando diretrizes para a incorporação da Revisão do Plano Diretor, contendo uma síntese dos eventos, levantamentos de dados e de cartografias e pesquisas acadêmicas desenvolvidas ao longo de 2023 e 2024.

4. Bibliografia

4.1. Obra completa

- BARTALINI, V. (1999). Parques públicos municipais de São Paulo: a ação da municipalidade no provimento de áreas verdes de recreação. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BESSE, J. M. (2014). O gosto do mundo. Exercícios de paisagem. Rio de Janeiro: UERJ.
- CASIMIRO, M. V. (2022). A natureza na cidade: uma abordagem crítica ao paradigma ecológico no planejamento do sistema de áreas verdes paulistano. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.
- COELHO, E. C. R. (2012). Sistema de Informações para Habitação Social na cidade de São Paulo: Habisp: apoio estratégico para a gestão social. 2012. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- FARR, D. (2013). Urbanismo Sustentável: desenho urbano com a natureza. Porto Alegre: Bookman.
- LOEB, R. M. LIMA, A.G.G. (2021). Cidade, Gênero e Infância. São Paulo: Romano Guerra.
- SANTOS, R. F. D. (2004). Planejamento ambiental: teoria e prática. São Paulo: Oficina de Textos.
- SILVA, V. P. D. (2007). O raciocínio espacial na era das tecnologias informacionais. Revista GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, 22, p. 31-38.

4.2. Capítulo de livro

- BATTY, M. (2007). Geoinformação em estudos urbanos e regionais. In: Geoinformação em urbanismo: cidade real x cidade virtual. São Paulo: Oficina de Textos.

4.3. Congressos, Conferências e Seminários

- CASIMIRO, M. V., LIMA, A. G. G. (2022). Planejamento dos Parques Públicos: Descompassos na implementação da Agenda Ambiental na Cidade de São Paulo. Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo, Curitiba, 23-24 junho, 2023.

4.4. Revistas

- BARONE, A.C. (2013). As Áreas Verdes no Contexto do Planejamento Urbano em São Paulo: os parques da gestão Setúbal (1976-1979). Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP (São Paulo), 20 (34), p. 198-217.
- CASIMIRO, M. V., LIMA, A. G. G. (2019). A política de produção das áreas verdes municipais: análise histórica e projetual. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP (São Paulo), 26(49), p. 150-212.
- ESPINDOLA, I.B., RIBEIRO, W.C. (2020). Cidades e Mudanças Climáticas: desafios para os planos diretores municipais brasileiros. Revista Cadernos Metrópole (São Paulo), 22 (48), p.365-395.

4.5. Leis e Decretos

- Estatuto da Cidade (2001). Lei Nº 10.257 que estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, 10 de julho de 2001. Congresso Nacional do Brasil.
- Plano Diretor do Município de Suzano (2017). Lei Complementar nº 312 que institui o Plano Diretor do Município de Suzano, 22 de dezembro de 2017. Câmara Municipal da Prefeitura de Suzano.